



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13116.000751/2003-21  
Recurso nº : 125.682  
Acórdão nº : 201-78.845

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
De <u>31</u> / <u>08</u> / <u>2006</u>
VISTO

2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ANÁPOLIS  
Recorrida : DRJ em Brasília - DF

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. IMPUGNAÇÃO.**  
VENCIMENTO DO PRAZO EM DIA DE EXPEDIENTE NÃO  
CONSIDERADO NORMAL.

Demonstrado nos autos que o vencimento do prazo, segundo as regras de contagem previstas na legislação, deu-se em dia de expediente que não pode ser considerado normal, prorroga-se a data para o primeiro dia de expediente normal subsequente.

**Processo anulado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ANÁPOLIS.

**ACORDAM** os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em anular o processo a partir da decisão de primeira instância, inclusive.**

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 2005.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
Josefa Maria Coelho Marques  
**Presidente**

*José Antônio Francisco*  
José Antônio Francisco  
**Relator**

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, <u>31</u> / <u>01</u> / <u>2006</u>
VISTO

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Walber José da Silva, Antonio Mario de Abreu Pinto, Maurício Taveira e Silva, Sérgio Gomes Velloso, Gustavo Vieira de Melo Monteiro e Rogério Gustavo Dreyer.



Processo nº : 13116.000751/2003-21  
Recurso nº : 125.682  
Acórdão nº : 201-78.845

MIN. DA FAZENDA - 2º CC	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília, 31/01/2006	
<i>[Assinatura]</i>	
VISTO	<i>[Assinatura]</i>

2º CC-MF  
Fl. \_\_\_\_\_

**Recorrente : COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE ANÁPOLIS**

## RELATÓRIO

O presente recurso foi objeto da Resolução nº 201-00.498 (fls. 472 a 474), que teve o seguinte teor:

### "RELATÓRIO

*Trata-se de auto de infração da contribuição para o financiamento da seguridade social - Cofins, relativamente aos períodos de fevereiro a outubro de 1999, lavrado em função de falta de recolhimento da contribuição.*

*O auto de infração foi lavrado em 8 de julho de 2003 (fl. 282), tendo a interessada apresentado a impugnação de fls. 315 a 327, juntamente com os documentos de fls. 328 a 431. A impugnação foi remetida pelos Correios, em correspondência postada em 3 ou 8 de agosto de 2003 (fl. 432).*

*A DRJ em Brasília - DF não tomou conhecimento da impugnação, em face de sua suposta intempestividade (fls. 438 a 442). A relatora destacou que a data indicada no carimbo apostado ao envelope (8 de agosto) seria a data mínima em que poderia ter sido postada a correspondência, uma vez que a impugnação tem data de 6 de agosto. Ademais, os comprovantes juntados nas fls. 443 e 444 confirmariam a conclusão.*

*Considerando as regras de contagem de prazo, o último dia para apresentação da impugnação, no entanto, seria 7 de agosto.*

*Tendo tomado ciência da decisão, a interessada apresentou o recurso voluntário de fls. 447 a 459, alegando que, em 7 de agosto de 2003, dirigiu-se à delegacia, estando ela de portas fechadas, em razão de greve dos servidores.*

*Além disso, alegou pendência em relação ao Processo Judicial nº 2000.35.00010501-0.*

*No mérito, contestou a exigência, alegando não poder incidir a Cofins sobre receitas de atos cooperativos.*

*É o relatório.*

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR

**JOSÉ ANTONIO FRANCISCO**

*A questão preliminar levantada pela recorrente exige esclarecimento, uma vez que seria possível realmente ter ocorrido o não atendimento, em virtude de greve.*

*Ademais, há que se esclarecer a questão relativa à ação judicial.*

*Dessa forma, voto por converter o julgamento do recurso em diligência para que a repartição de origem (Delegacia da Receita Federal em Anápolis) esclareça se houve atendimento normal ao público no dia 7 de agosto de 2003, juntando aos autos, se possível, relatório do sistema Saga, e informando qual o horário de atendimento ao público à época dos fatos.*

*[Assinatura]*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13116.000751/2003-21  
Recurso nº : 125.682  
Acórdão nº : 201-78.845

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, <u>31/01/2006</u>
<i>[Assinatura]</i>
VISTO

2º CC-MF  
Fl.

*Além disso, deverá a recorrente ser intimada a apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, certidão de objeto-e-pé, relativamente ao Processo Judicial nº 2000.35.00010501-0, juntamente com cópia da petição inicial."*

Em atendimento à diligência, foram juntados os documentos de fls. 485 a 516, relativamente à ação judicial, e os de fls. 477 a 481 e 518 a 523, relativamente ao atendimento.

É o relatório.

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



Processo nº : 13116.000751/2003-21  
Recurso nº : 125.682  
Acórdão nº : 201-78.845

MIN. DA FAZENDA - 2º CC  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 31/10/2006

*[Assinatura]*

VISTO

2º CC-MF  
Fl.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
JOSÉ ANTONIO FRANCISCO

O recurso é tempestivo e satisfaz os demais requisitos de admissibilidade, razões pelas quais dele se deve tomar conhecimento.

Extrato do sistema Saga, juntado aos autos à fls. 479 e 480, demonstra que não houve atendimento ao público no dia 7 de agosto de 2003.

Entretanto, na fl. 481 informou o Sr. Chefe do Serviço que o serviço de protocolo não é feito no CAC, mas na Sacat, razão pela qual requereu o pronunciamento da Seção competente.

A Sapol pronunciou-se na fl. 519 informando que, naquela data, o atendimento foi normal, esclarecendo que os funcionários que lá trabalhavam não pertenciam à carreira de Auditoria, que estava em greve, e juntando extratos do sistema Comprot, demonstrando a formalização de processos naquele dia.

O fato é que a legislação é bastante clara em relação a tal questão: o vencimento somente pode se dar em dia de expediente normal, conforme disposição do art. 5º, parágrafo único, do Decreto nº 70.235, de 1972.

Além do fato de o atendimento ser efetuado, em princípio, pelo CAC, sendo o Protocolo setor de atendimento interno, é certo que, em dia de greve, não há atendimento normal.

Esclareça-se, ainda, que, no tocante à matéria discutida nos autos, embora as alegações da recorrente aparentem estar ou abrangidas pela ação judicial ou referir-se a matéria de constitucionalidade de lei, ao menos uma das alegações, que disse respeito à base de cálculo da contribuição, haveria que ser objeto de decisão administrativa, por não ter sido objeto de renúncia administrativa, nem ser de análise vedada pelos órgãos administrativos.

À vista do exposto, voto por anular o processo a partir da decisão de primeira instância, inclusive, devendo ser exarado novo Acórdão de primeira instância, apreciando o mérito da impugnação.

Sala das Sessões, em 09 de novembro de 2005.

JOSE ANTONIO FRANCISCO